

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial

95143 7 2003 DP SC
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Definido calendário de audiências do Orçamento

Parlamentares vão ouvir prioridades da população em 13 reuniões agendadas para junho



Alberto Neves

Deputados da Comissão de Finanças aprovam cronograma, que começa dia 1º de junho em São Miguel e Maravilha

Página 4 e 5

APROVADOS

Alunos têm direito a fazer teste vocacional gratuito

Auditor fiscal tributário ganha data especial

Página 6

SC entra na Campanha Nacional do Laço Branco



Carlos Kilian

Ana Paula, Professora Odete e Ada promovem ato

No ato em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, realizado dia 10 no Plenário Osni Régis, os deputados catarinenses se uniram à Campanha Nacional do Laço Branco, que combate a violência contra a mulher. Parlamentares e deputados receberam um laço branco em sinal de engajamento.

Também para marcar a data, Escola do Legislativo reuniu mais de 500 mulheres em Forquilha, no Sul do estado. Através do Programa de Formação de Agentes Políticos mantido pela Escola, foi ministrada a palestra com o tema "Cabeça, Coração e Coragem".

Página 3



Marcos Aurélio Gungel

Em Forquilha, palestra reúne cerca de 500 mulheres, crianças e homens

Legislativo recebe pacote de projetos do Executivo para elevar arrecadação

Página 7

OPINIÃO

Quarta secretaria, representação feminina na Mesa

Em meu primeiro mandato estadual, assumi, desde fevereiro, a 4ª Secretaria da Mesa da Assembleia Legislativa, que entre as funções regimentais, além da participação em trâmites administrativos e da condução das sessões, tem funções específicas como a supervisão sobre publicações oficiais e o acompanhamento de obras na Casa.

Meu nome foi referendado pela bancada peemedebista em reconhecimento à participação da mulher na política, garantindo nossa representatividade na Mesa desta Casa. Tenho respondido tanto por secretariar as sessões, bem como presidido os trabalhos em várias oportunidades, na ausência do presidente e de seus vices, que também respondem por concorridas agendas no exercício da vida pública.

A Mesa da Assembleia Legislativa é responsável pela condução de todas as atividades do Poder. É o

órgão encarregado de dirigir os trabalhos da Casa legislativa, também com atribuições administrativas. Trata-se do colegiado máximo do parlamento estadual, por onde passam todos os atos, que vão desde a coordenação dos trabalhos durante as sessões, até a elaboração da proposta orçamentária da Casa. A Mesa é composta pelo presidente, 1º e 2º vices-presidentes, e quatro secretários.

Este ano, além de projetos importantes para o Estado, a Casa passará por mudanças para melhor acolher a população catarinense e atender as necessidades dos deputados. A execução da obra do novo anexo, que acomodará os novos gabinetes parlamentares, terá relação direta com a quarta secretaria.

Pelos próximos dois anos, como 4ª secretária, minha proposta é de continuar atuando na análise dos projetos e atos da Mesa, com a mesma responsabilidade, transparência

e rigor com que tenho trabalho do desde o início deste meu primeiro mandato.

Mas nosso papel, enquanto parlamentares membros da Mesa, vai além do que rege nossa lei interna. Como primeira mulher de meu partido, o PMDB, a ser eleita deputada e a ter um cargo na Mesa da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, esta nova atribuição tem um significado especial. Minha missão ao assumir a quarta secretaria do parlamento é, acima de tudo, garantir o espaço da mulher catarinense nas decisões da Mesa.

Considerando que, segundo o TRE de Santa Catarina, 50,04% do eleitorado catarinense são mulheres, a ocupação deste posto de poder é essencial para manter nossa representatividade neste importante órgão colegiado.

**Deputada Ada De Luca (PMDB),
4ª secretária da Assembleia
Legislativa**

O desafio da criminalidade

O aumento da criminalidade na Grande Florianópolis merece, com certeza, maior atenção por parte do governo. É claro que a região faz parte do todo chamado Brasil onde os crimes e a violência infelizmente vêm crescendo, e não se pode imaginar que se pretenda uma ilha de tranquilidade no meio de tantos problemas. Porém, não podemos permitir que o problema aumente – é urgente que se adotem medidas para impedir que a Grande Florianópolis se transforme numa área crítica como as que existem em centros maiores, como o Rio de Janeiro. É necessário que todos nós, que somos a caixa de ressonância da sociedade, alertemos para esse grave problema e que possamos colaborar, apontando possíveis soluções.

Só no ano passado ocorreram 179 homicídios na Grande Florianópolis, um crescimento de 13,3% em relação aos 158 mortos no ano

anterior, segundo levantamento da Diretoria de Informação e Inteligência da Polícia Civil e da Agência Central de Inteligência da Polícia Militar de Santa Catarina divulgado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública. Outro dado preocupante: 70% dos assassinatos tinham relação com pessoas envolvidas com o tráfico de drogas.

Muitos dos homicídios tinham a ver com o Primeiro Comando da Capital – o PCC – uma célula do crime organizado que pretenderia se consolidar na Grande Florianópolis, de acordo com o comando da Polícia Civil. A mesma pesquisa mostra que Florianópolis registrou mais da metade dos assassinatos – foram 92 – seguida por São José (33) e Palhoça (26).

O levantamento constata que o domingo parece ser o dia “preferido” para os homicídios – 35 deles ocorreram nesse dia. Além da questão do tráfico de drogas,

também os crimes passionais aumentaram – foram 12 mortes no ano passado. Para a Secretaria da Segurança, ironicamente cabe à Lei Maria da Penha parte dessas ocorrências: marido preso após a mulher denunciar a agressão, pensa em vingança depois de recuperar a liberdade. A solução, de acordo com a Secretaria, seria a construção de casas-abrigo para as vítimas de violência doméstica.

Os números estão aí e os desafios também. Como equacionar o problema da violência, como evitar que a região reproduza a tragédia da criminalidade de outros centros? Como resgatar a qualidade de vida no que diz respeito à segurança? Precisamos agir, governo e parlamentares, com o apoio do Judiciário, para que o problema, que hoje é grave, não se transforme em trágico.

**Deputado Lício Mauro da
Silveira (PP)**

Ituporanga sedia em abril Expofeira Nacional da Cebola

O prefeito de Ituporanga, Osni Francisco de Fragas (PSDB), esteve no Parlamento convidando a sociedade catarinense para participar da 18ª Expofeira Nacional da Cebola, de 1º a 5 de abril, no Parque de Exposições de Cerro Negro.

Fruto de uma parceria feita entre a prefeitura e a Fundação Promotora de Exposições, Fei-

ras, Eventos Turísticos, Culturais e Esportivos de Ituporanga (Fexponace), o evento, de caráter nacional, tem como expectativa para a edição de 2009 reunir 150 mil pessoas.

A festa é considerada fundamental para a economia da região por promover a integração dos 30 municípios do Alto Vale do Itajaí.

Miriam Zomer



Rainha e princesas da feira ajudaram a promover o evento na Casa

[AGENDA]

• **Dia 16, 19 horas** - Sessão Especial em comemoração à Campanha da Fraternidade do ano 2009, que terá como tema “Fraternidade e Segurança Pública” e como lema “A paz é fruto da justiça”
Local: Plenário

• **Dia 16, 19 horas** - Solenidade de abertura do ano maçônico catarinense, com o tema “Combate à corrupção”
Local: Auditório Antonieta de Barros

• **Dia 17, 19 horas** - Fórum de Solidariedade e pela Reconstrução das Cidades Atingidas pelas Enchentes e Deslizamentos - Audiência pública para definir ações voltadas à recuperação e reconstrução das comunidades de Ilhota
Local: Salão da Paróquia Nossa Senhora da Glória – Ilhota

• **Dia 19, 19 horas** - Comissão de Educação - Audiência pública para discutir a possível federalização do Centro de Educação Profissional de Fraiburgo (Ceproff), cuja mantenedora é a Fundação Educacional e Assistencial de Fraiburgo (Feaf)
Local: Auditório da Feaf/Ceproff – Fraiburgo

• **Dia 20, 19 horas** - Lançamento do livro “Africanidade catarinense”, da professora Jerusa Romão
Local: Hall da Assembleia Legislativa

Mesa



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Jorginho Mello (PSDB)

1º Vice-Presidente: Gelson Merísio (DEM)

2º Vice-Presidente: Jailson Lima da Silva (PT)

1º Secretário: Moacir Sopelsa (PMDB)

2º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

3º Secretário: Valmir Comin (PP)

4º Secretário: Ada De Luca (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Sandra Annuseck

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo e Tatiani Magalhães

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotografia: Alberto Neves, Carlos Kilian, Cleber Latrônico, Eduardo Guedes de Oliveira, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Fernanda de Bem Urban, Jamile Machado, Karina Azevedo das Neves, Luciano de C. Oliveira e Maria do Carmo Kravchychyn

Clipagem: Flávia Jacomel, Luiz Firmino Hames Jr e Moacir Cardoso

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Mônica Meyer e Simone M. Alves

COMUNIDADE

Um mergulho na vida rural

Programa Acolhida na Colônia permite aos turistas vivenciar o dia-a-dia do homem no campo

Andreza de Souza

Imagine aqueles dias tão sonhados de lazer e descanso. Se pensou em viagens aéreas, hotéis luxuosos e cardápios requintados, esqueça. Prepare-se para um passeio ecológico sem pressa, faça a mala e siga um roteiro de paisagens bucólicas.

Os destinos são programados pela organização não-governamental Acolhida na Colônia, criada em 1998 em parceria com 170 famílias de agricultores em 30 municípios. O objetivo do programa que leva o mesmo nome da ONG é aproximar turistas urbanos da vida levada no campo.

Paisagens deslumbrantes, espírito acolhedor, uma boa conversa, delícias gastronômicas na mesa farta. As atividades do dia-a-dia dos agricultores são conhecidas e valorizadas de perto por quem busca tranquilidade e o sabor das comidas típicas feitas no fogão à lenha.

As dificuldades dos agricultores continuam existindo, mas

são superadas pelo prazer de acolher, de visitar e compreender que é possível viver dias espetaculares embarcando no agroturismo rural.

Diferente de tudo o que existe na área do turismo, o programa é destinado àquelas pessoas que querem conhecer a rotina diária dos agricultores.

Os turistas conhecem do plantio dos alimentos à exposição dos produtos nas prateleiras dos supermercados. Os roteiros incluem pousadas ou os chamados quartos coloniais nas próprias casas dos agricultores orgânicos. O propósito é que os turistas se sintam em casa, já que o convívio é pautado na troca de experiências com respeito mútuo.

No fim da viagem, os turistas podem comprar os produtos orgânicos diretamente da fonte: leite, queijo, alface. Também podem ser saboreados polenta de milho verde, feijão tropeiro, paçoca de pinhão e strudel de maçã.



Banco de dados/ Acolhida na Colônia

Roteiros incluem pousadas e quartos coloniais, onde a simplicidade faz com que os turistas se sintam em casa

Trabalho deve expandir para novos municípios

O programa foi desenvolvido primeiramente na região das "Encostas da Serra Geral", em Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rancho Queimado, Grão Pará e Gravatal.

O Acolhida na Colônia tem como desafio se expandir para outros municípios de Santa Catarina. Conforme a fundadora da entidade e do programa, Thaise Guzzatti, o sucesso do projeto se dá pelas parcerias com órgãos que incentivam o turismo e pelo esforço de muitas pessoas envolvidas, os chamados multiplicadores municipais, entre eles bacharéis em turismo

e engenheiros agrônomos. "É um trabalho de doação", afirma. Quando questionada se essa atividade traz realização pessoal e profissional, ela é enfática: "Com certeza, senão já teria pendurado a chuteira", explica Thaise.

Histórico

Tudo começou em 1994, quando a então estudante de Agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina foi fazer o estágio obrigatório do curso em Seara, onde morou um mês na casa de uma família de criadores de suínos. Viu de

perto as dificuldades que eles enfrentavam e o trabalho pesado que começava todos os dias às 5 horas da manhã, muitas vezes sem a estrutura.

Natural de Criciúma e filha de comerciantes, Thaise abriu mão de gerir o negócio da família e das possibilidades profissionais estáveis, continuando em busca de um ideal de vida. Foi quando pensou em aliar o agronegócio ao turismo.

Num estágio na França, Thaise conquistou uma forte parceria com a Rede Accueil Paysan daquele país, integrante de um movimento mundial cujo objetivo

é valorizar e fortalecer a agricultura familiar e o agroturismo ecológico. Dessa experiência, nasceu o programa Acolhida na Colônia. A iniciativa deu tão certo que ficou conhecida nacional e internacionalmente, tornando-se referência no país sobre o assunto com foco na qualidade de vida do agricultor, mantendo as famílias no campo e gerando renda.

Saiba mais

Programa Acolhida na Colônia:
• www.acolhida.com.br
• Fone: (48) 3654-0186

Referência no Brasil e exterior

No Brasil, o Ministério do Turismo selecionou a organização não-governamental para o programa Destinos Indutores, tornando-o referência nacional em turismo rural. Em outubro de 2007, Thaise foi apontada pela revista World Business, da escola de negócios Insead, como uma das 35 mulheres com menos de 35 anos com algo especial para

oferecer ao planeta.

Ela é a única brasileira da lista, da qual também fazem parte a ambientalista colombiana Catalina Cock Duque, fundadora da Associação pela Mineração Responsável, e a egípcia Raghda El Ebrashi, criadora de uma organização que oferece microcrédito e treinamento para mulheres empreendedoras.



Solon Soares

Thaise Guzzatti aproveitou experiência acadêmica para implantar projeto

A conquista de prêmios

Há quatro anos o projeto Acolhida na Colônia ganhou o prêmio ODM 2005, da ONU, - um incentivo a práticas que contribuam para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio traçados a partir de um estudo sobre os problemas mundiais. O prêmio reconheceu a contribuição do projeto na inclusão das mulheres e jovens no combate à miséria e na luta pela preservação ambiental.

Vencedora do Prêmio Generosidade 2008 da Editora Globo, Thaise disputou o título com 225 histórias de pessoas que fazem o bem no Brasil. O prêmio de R\$ 200 mil servirá de fundo de pequenos empréstimos a agricultores e também deverão ser aplicados no Projeto Roda d'Água, que estimula a energia renovável nas propriedades.

PLENÁRIO

Executivo envia pacote de projetos para manter ritmo de investimentos

Matérias têm objetivo de fomentar a arrecadação e estimular setor privado a irrigar economia

Rodrigo Viegas

Para manter o ritmo de investimentos e empregos em Santa Catarina, o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) encaminhou à Assembleia Legislativa, durante a semana, um pacote contendo diversos projetos. As medidas visam fomentar a arrecadação e estimular o setor privado catarinense a continuar investindo. As propostas resultam de um estudo requerido pelo governador Luiz Henrique da Silveira para várias secretarias de Estado.

Entre os 40 projetos do Executivo que aportaram no Legislativo

catarinense encontram-se vários que tratam de alienação, concessão, doação e aquisição de imóveis. Em destaque estão duas propostas que prevêem alterações no Plano Plurianual (PPA) 2008/2011, outra que estipula mecanismos de acordo de resultados na Secretaria de Estado da Fazenda e ainda a que cria o cargo de analista do Tesouro estadual. Todas as matérias estão tramitando em regime de urgência.

Segundo o deputado Marcos Vieira (PSDB), presidente da Comissão de Finanças e Tributação e vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, as mudanças

no Plano Plurianual estão relacionadas com o aporte financeiro federal disponibilizado ao governo no final de 2008 para ressarcir Santa Catarina do estado de emergência por conta da tragédia climática.

“Tratam-se de recursos que foram disponibilizados para Santa Catarina, mas que o Estado não chegou a gastar por ter sido no final do ano. O valor já havia entrado no orçamento, mas não foi gasto, sobraram recursos. Agora, como ultrapassam os valores para as ações indicadas no plano plurianual, se faz necessário pedir ao Legislativo que aumente este limite”, afirmou o parlamentar.

Solon Soares



Líder do governo, Herneus de Nadal, diz que matérias têm objetivo de amenizar impacto da crise mundial

Mudanças no PPA para reduzir impacto das chuvas de novembro

Entre as ações previstas na alteração do PPA, estão medidas direcionadas a diminuir o impacto da tragédia climática de novembro de 2008 na região do Vale do Itajaí. São investimentos na conservação e segurança rodoviária, em obras de interesse da Defesa Civil, no apoio à rede socioassistencial dos municípios atingidos por desastres, na construção e a reconstrução de habitações. Ainda estão programadas ações para prevenção em situações de risco e salvamento, para a integração logística e ao abastecimento de água e esgoto sanitário.

Ainda estão previstas como alterações no PPA, o aumento de investimentos em governança eletrônica, melhoria da segurança pública, reestruturação do sistema prisional e ações pró-emprego e renda.

Combate à crise

O pacote de projetos tem como alvo fomentar a arrecadação. O secretário de Estado da Fazenda, Antônio Gavazzoni (DEM), esteve em Brasília em reunião do Conselho Fazendário e, para ele, ficou claro que o país está sendo atingido pela crise financeira internacional.

“O grupo técnico da Fazenda definiu como medida para fazer frente à queda de arrecadação ações que incluem a redução da máquina pública e promoção de aumento da eficiência através de acordo de resultados e combate à sonegação”, argumentou o se-

cretário.

Paratanto, foram encaminhados os projetos que extinguem cargos na Secretaria da Fazenda e estimulam a produtividade, enquanto também são criados os cargos de analista do tesouro. O Executivo justifica os novos postos como sendo uma ferramenta para um melhor planejamento financeiro, realização de estudos para maior captação de recursos federais ou de organismos internacionais e interpretação da legislação econômico-fiscal e financeira do Estado.

De acordo com Gavazzoni, nos últimos quatro meses Santa Catarina perdeu cerca de R\$ 300 milhões em função da crise econômica e das consequências da catástrofe climática. Um exemplo disso é a arrecadação do IPVA, relacionada à compra de carros novos, que caiu R\$ 21 milhões em novembro de 2008 quando estava previsto aumento de R\$ 30 milhões.

Para o líder do governo na Assembleia, deputado Herneus de Nadal (PMDB), a crise econômica que abate o mundo também se faz sentir no Brasil e em Santa Catarina.

“A situação pode ser observada nos setores produtivos primários e no agronegócio, ambos afetados também pela catástrofe climática. As circunstâncias estão intimamente associadas e os projetos que chegam ao Parlamento caminham para fortalecer setores mais prejudicados, prevenir situações de risco e amenizar a crise”, afirmou.

APROVADOS

Alunos de escolas públicas já podem fazer teste vocacional gratuito

Testes vocacionais gratuitos para todos os alunos matriculados no último ano do ensino médio da rede pública estadual de ensino estão assegurados pelo Projeto de Lei n.º 409/07, de autoria do deputado Darci de Matos (DEM), aprovado dia 10 em plenário.

Os testes, que serão aplicados na própria escola, têm objetivo de suprir a deficiência de orien-

tação aos jovens no momento da escolha da futura profissão. “Ao prepararem-se para ingressar nas universidades ou no mercado de trabalho, a maioria dos jovens tem sérias dúvidas”, disse. No projeto, o parlamentar ainda afirma que as universidades catarinenses confirmam um elevado grau de desistência ou troca de curso por parte dos alunos recém-ingressos.

Primeira Infância

Foi aprovado dia 11 o Projeto de Lei n.º 390/08, da deputada Ana Paula Lima (PT), que institui o Ano Catarinense da Primeira Infância - Prioridade Absoluta, a ser comemorado no ano de 2009.

O ano foi escolhido para comemorar os 40 anos de defesa dos direitos da criança por parte da Organização Mundial para Educação Pré-Escolar Brasil em Santa Catarina.

Auditor Fiscal ganha data comemorativa em Santa Catarina

Aprovado em Plenário, dia 11, Projeto de Lei n.º 310/08, do deputado Renato Hinnig (PMDB), que institui o Dia do Auditor Fiscal Tributário no Estado, a ser comemorado em 21 de setembro.

De acordo com o autor, a instituição de uma data para homenagear o Auditor Fiscal Tributário demonstra a importância deste cargo para a sociedade

catarinense.

Também foi aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 03/2009, do Tribunal de Justiça, altera a Lei Complementar n.º 339, de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado. O objetivo é viabilizar melhor atendimento em regiões de Santa Catarina que demandam de uma estrutura mais eficaz.

Denúncias contra Polícia Militar alimentam debate em plenário

Deputado exhibe gravação com tenente-coronel pedindo voto a candidato na Capital

Duas denúncias envolvendo a Polícia Militar de Santa Catarina movimentaram a sessão ordinária do dia 11. A primeira, apresentada pelo deputado Sargento Amauri Soares (PDT), foi trazida na forma de um vídeo cuja imagem foi totalmente escurecida, de forma a ser apresentado somente o áudio da gravação. Nele, um tenente-coronel pede votos para um candidato a prefeito de Florianópolis.

No áudio apresentado, o tenente-coronel Newton Ramolw pede votos para o então candidato à prefeitura de Florianópolis, Dário Berger (PMDB), para outros policiais dentro da sede do 4º Batalhão da Polícia Militar da Capital. O oficial também afirmou que a eleição de Berger poderia lhe garantir benefícios. "Isso é muito engraçado. O símbolo da Associação das Praças de Santa Catarina (Aprasc) é proibido de entrar no quartel, mas esse tipo de coisa pode acontecer. E o pior é que os policiais presentes estavam de serviço. É preciso que a PM seja observada de fora, porque de dentro não dá", afirmou Soares.

O parlamentar ainda disse que



Sargento Soares: 4º Batalhão

a gravação completa, com mais de 10 minutos, realizada em outubro de 2008, está à disposição no site da Aprasc (www.aprasc.org.br).

Diante da denúncia, o deputado Kennedy Nunes (PP) pediu que a Casa tome providência. "Parece que o referido candidato está muito bem entre os coronéis. É um absurdo quando um órgão tão especial é utilizado de forma tão esdrachada."

O deputado Silvio Dreveck (PP) também afirmou achar que a situação é gravíssima. "É mais um escândalo eleitoral que se apresenta. É uma falha grave no sistema", disse.



Kennedy: providências

Em nome do governo, o deputado Elizeu Mattos (PMDB) afirmou que a denúncia deve ser desconsiderada, pois "a gravação é clandestina".

"Ela não foi autorizada. Temos que ter muito cuidado com o que apresentamos aqui. Quem gravou isso? É bem fácil mostrar apenas o que lhe interessa. O que eu sei é que o nosso direito à privacidade está acabando."

Braço do Norte

A segunda denúncia se referiu às eleições para prefeito, no último dia 1º de março, em Braço do Norte. A nova eleição foi neces-



Mota: defesa

sária porque a realizada na data regular - 5 de outubro de 2008 - foi anulada pela Justiça Eleitoral, em virtude de o candidato que recebeu mais de 50% do total de votos válidos ter tido seu registro de candidatura invalidado.

O deputado Joares Ponticelli (PP) também mostrou um vídeo para denunciar abuso de autoridade da Polícia Militar, que foi chamada para resolver uma confusão criada por cabos eleitorais.

Em defesa dos PMs, o deputado Manoel Mota (PMDB) disse que o que aconteceu lá, acontece em todos os colégios eleitorais. "O rapaz que foi preso também abusou da boa vontade da Polícia."

Pedidos de informação acirram discussão

Seis pedidos de informação foram aprovados durante a sessão do dia 10. Quatro deles, da bancada progressista, geraram maior debate. O primeiro solicita ao secretário de Estado da Justiça e Cidadania informações acerca do Fundo Penitenciário. O líder do PP, deputado Silvio Dreveck, criticou a falta de clareza e transparência no repasse dos recursos.

O segundo pedido, encaminhado ao secretário de Estado da Cultura, Turismo e Esporte, pede informações sobre o Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte (Seitec) quanto aos mecanismos para obtenção de recursos. São eles o Funcultural, Funturismo e Fundesporte. Segundo os progressistas, também foi a falta de transparência que motivou a iniciativa da solicitação.

Outros dois pedidos de informação foram os mais debatidos. O deputado Joares Ponticelli



Ponticelli: crítica ao Fundo Social

subiu à tribuna para solicitar ao secretário de Estado da Fazenda informações acerca da arrecadação financeira do Fundo Social. O vice-líder do PP criticou o destino dos recursos e citou o evento "Joinville Mundo Pop", realizado em dezembro de 2008 e que recebeu cerca de R\$ 500 mil do governo do Estado, como um exemplo da falta de regulamentação para a destinação de investimentos.

Outro alvo dos progressistas



Ada: busca de soluções

foram as obras na rodovia no trecho Barra do Camacho/Laguna e o acesso ao Farol de Santa Marta. Mais uma vez o deputado Joares Ponticelli solicitou explicação das secretarias de Estado da Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional de Laguna sobre o atraso da obra.

O parlamentar destacou protesto realizado pelos moradores no dia 9. "Moradores da região do Farol de Santa Marta fecharam a estrada entre Laguna e o Cama-

cho (em Jaguaruna) durante todo o dia de ontem (dia 9). A manifestação aconteceu com o objetivo de chamar a atenção para a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca, entidade responsável pela avaliação dos possíveis prejuízos ambientais e desgastes naturais que a obra de pavimentação asfáltica poderia trazer ao local. Durante a manhã, os manifestantes exigiram da Secretaria de Desenvolvimento Regional que apresentasse um documento de comprometimento do governo do Estado com as reivindicações da população. Sem essa resposta, eles prometiam não liberar o acesso e permanecer no local até que uma solução fosse proposta por parte das autoridades locais".

Na defesa governista, a deputada Ada De Luca comunicou que vai trazer dados que justifiquem o atraso da obra e afirmou: "O papel da oposição é fazer o alerta e cabe à base governista a busca por soluções".

CURTAS

Mutirão do INSS

Um mutirão emergencial poderá ser organizado em Santa Catarina para agilizar a demanda repressada na revisão de perícias e concessão de aposentadorias. A primeira unidade a se utilizar do mutirão deverá ser a de Chapecó. O anúncio foi feito na sessão do dia 12 pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT), que esteve em Brasília reunido com o ministro da Previdência, José Pimentel. Ele garantiu ao parlamentar catarinense que as mudanças no sistema, em fase de informatização com prazo final previsto para 2010, irão dar maior celeridade aos processos.

Piso salarial

Representantes das centrais sindicais, federações e sindicatos de trabalhadores de Santa Catarina iniciaram, dia 11, a coleta de assinaturas para a implantação do Piso Estadual de Salário. A meta das organizações é atingir mais de 100 mil assinaturas até o dia 31 de maio, para apresentar um projeto de lei de iniciativa popular instituindo um salário mínimo no valor de R\$ 587,00. Caso aprovado, cerca de 400 mil trabalhadores serão beneficiados.

Duplicação da 470

O deputado Ismael dos Santos (DEM) cobrou, dia 12, agilidade nas obras de duplicação da BR-470, entre Navegantes e Indaial, cujo edital para realização da obra foi aprovado em 2008. De acordo com o parlamentar, pelo trecho circulam cerca de 40% da economia do Estado. "Além de beneficiar a economia, a duplicação vai aliviar o fluxo que atinge uma média diária de 25 mil veículos. Com a obra, muitos acidentes seriam evitados".

INSTITUCIONAL

Comissão de Finanças aprova calendário de audiências do Orçamento Regionalizado

Serão realizadas 13 reuniões em junho entre parlamentares e população em municípios dentro da jurisdição das secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional



Na reunião comandada pelo vice-presidente, deputados fazem apelo para que Executivo reveja decisão

CCJ retoma debate sobre veto ao projeto que cria seis regiões

O veto governamental ao projeto de lei que cria as seis regiões metropolitanas no estado voltou, dia 10, à pauta de debate na reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na tarde do mesmo dia o assunto foi retomado em plenário.

A proposta do deputado Kennedy Nunes (PP) foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa, sendo vetada pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). As seis regiões metropolitanas propostas são Chapecó, Grande Florianópolis, Criciúma, Blumenau, Itajaí e Tubarão.

Na reunião, os parlamentares fizeram um apelo para que o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), interceda para que o Executivo reveja sua posição. Herneus garantiu que estará levando o pedido às esferas governamentais competentes no sentido de atender ao pedido dos parlamentares.

No mesmo dia em plenário, o deputado Valmir Comin (PP), em nome da bancada progressista, saiu em defesa da matéria. Salientou que a proposta das regiões metropolitanas é levar às cidades conurbadas investimentos e financiamentos, inclusive de organismos internacionais, essenciais para setores como o saneamento público,

transporte coletivo e saneamento básico. "A instalação das regiões fará com que municípios com menos de 50 mil habitantes possam receber recursos do governo federal. A questão deve ser analisada com visão coletiva, sem que se levem em conta interesses partidários."

Segundo o deputado Joares Ponticelli (PP) as regiões metropolitanas foram extintas com a implementação da terceira reforma administrativa, em 2007, que criou apenas a região metropolitana de Chapecó.

O deputado Pedro Uczai (PT) acrescentou que a extinção tirou recursos dos municípios com grandes problemas. "Espero que o governador não plagie um projeto parlamentar e não rebaixe esta Casa ainda mais fazendo com que ela só aprove projetos vindos do Executivo."

O vice-líder do PMDB, deputado Elizeu Mattos, defendeu o veto afirmando que a proposição continha vício de origem, já que traria despesas à administração estadual.

"O governador encaminhará outro projeto. Foi bom que houvesse essa negociação. Saímos perdendo num primeiro momento para ampliar o número de regiões metropolitanas", esclareceu.

Transportes marca debate sobre praça de pedágio na BR-101 em Palhoça

Presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano aprovou, dia 10, requerimentos para a realização de duas audiências públicas.

Por requerimento do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), foi marcada para o dia 25, às 19 horas, uma audiência pública a ser realizada na Assembleia Legislativa para debater a implantação

de uma praça de pedágio em Palhoça.

O parlamentar lembrou que a praça de pedágio deverá funcionar no Km 221 da BR-101, no Aripuruçu. "A medida vem gerando discussões, especialmente entre os moradores do município, que terão a praça a poucos metros do centro da cidade. Acho fundamental a audiência", argumentou Junior.

Orquestra Sinfônica, patrimônio

Na reunião ordinária, a CCJ aprovou o projeto de lei que define a Orquestra Sinfônica de Santa Catarina (Ossca) como patrimônio histórico. "A orquestra é um orgulho dos catarinenses, que deu tantas alegrias e belas apresentações ao povo", afirmou o deputado Joares Ponticelli (PP). Criticou, porém o que chamou de "perseguição e descaso" para com aquela organização cultural por parte do governo do Estado.

Para exemplificar, lembrou que recentemente a Ossca foi despejada das instalações que há décadas ocupava no Centro Integrado de Cultura (CIC), em Florianópolis. "Além de cortar os recursos fundamentais para o funcionamento da orquestra, agora chega ao ponto de tirar o grupo, diante de tantos espaços ociosos que lá tem."

O deputado petista Pedro Uczai se manifestou contrário lembrando existirem outras orquestras com mais tempo de fundação e mesmos elementos culturais que justifiquem a designação de patrimônio histórico. "Não temos nada contra a Ossca, muito pelo contrário, somos solidários à situação por eles enfrentada. Porém, todas as demais agremiações precisam ser valorizadas", afirmou.



Membros da Comissão aprovam pauta de encontros, que têm objetivo de discutir os investimentos apontados pelos municípios para compor Orçamento

O calendário de audiências públicas do Orçamento Estadual Regionalizado foi aprovado, por unanimidade, dia 11, pelos membros da Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Marcos Vieira (PSDB).

Os encontros que acontecem todos os anos têm a finalidade de discutir os investimentos elencados pelos municípios a serem in-

cluídos no Orçamento do Estado para o próximo período.

Neste ano, serão realizadas 13 audiências no mês de junho, sempre dentro da jurisdição das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional. Nelas, a sociedade irá discutir, juntamente com os parlamentares, as prioridades de cada região, apresentando suas propostas para

serem contempladas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e no Orçamento de 2010.

Os deputados Darci de Matos (DEM), Silvio Dreveck e Kennedy Nunes (PP), Professora Odete de Jesus (PRB), Renato Hinnig e Manoel Mota (PMDB), Décio Góes (PT) e José Natal Pereira (PSDB), além do presidente da comissão, pontuaram a boa distribuição dos

municípios escolhidos e, sobretudo, ressaltaram a importância dos encontros para a concretização de obras necessárias à população catarinense.

Nos dias das audiências públicas não serão realizadas atividades parlamentares na Assembleia Legislativa para permitir a presença dos deputados nos encontros.

Confira as datas e os locais

• **Dia 1º de junho, às 9 horas, em São Miguel do Oeste:** Regionais de Dionísio Cerqueira, Itapiranga e São Miguel do Oeste.

• **Dia 1º de junho, às 15 horas, em Maravilha:** Regionais de Maravilha, Palmitos e São Lourenço do Oeste.

• **Dia 2 de junho, às 14 horas, em Chapecó:** Regionais de Chapecó, Quilombo, Xanxerê e Seara.

• **Dia 3 de junho, às 14 horas, em Joaçaba:** Regionais de Campos Novos, Concórdia e Joaçaba.

• **Dia 4 de junho, às 14 horas, em Caçador:** Regionais de Caçador, Curitiba e Videira.

• **Dia 5 de junho, às 14 horas, em Canoinhas:** Regionais de Canoinhas e Mafra.

• **Dia 22 de junho, às 9 horas, em**

Criciúma: Regionais de Araranguá e Criciúma.

• **Dia 22 de junho, às 15 horas, em Tubarão:** Regionais de Braço do Norte, Laguna e Tubarão.

• **Dia 23 de junho, às 14 horas, em Lages:** Regionais de Lages e São Joaquim.

• **Dia 24 de junho, às 14 horas, em Rio do Sul:** Regionais de Ibirama,

Ituporanga, Rio do Sul e Taió.

• **Dia 25 de junho, às 14 horas, em Blumenau:** Regionais de Blumenau, Brusque, Itajaí e Timbó.

• **Dia 26 de junho, às 14 horas, em Joinville:** Regionais de Jaraguá do Sul e Joinville.

• **Dia 29 de junho, às 14 horas, em Palhoça ou Biguaçu:** Regional da Grande Florianópolis.

Direitos e Garantias vai discutir criação de Defensoria Pública



Deputados aprovam realização de oito audiências públicas sobre temas diversos

A primeira reunião do ano da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT), aprovou a realização de várias audiências públicas a partir deste mês.

A primeira está programada para o dia 26 de março, em Chapecó. Ela integra um calendário de seis audiências solicitadas pelo deputado Pedro Uczai (PT), para discutir a criação da Defensoria Pública em Santa Catarina. Os próximos encontros serão realizados no dia 22 de abril em Joinville; dia 19 de maio, em Florianópolis; 17 de junho, em Lages; 22 de julho, em Criciúma; e 19 de agosto, em Blumenau.

Outro tema que será debatido em audiência pública, sem data

definida, é o veto do governador do Estado ao Projeto de Lei Complementar 27/08, do deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB), que autoriza licença maternidade de 180 dias.

A comissão também aprovou audiência pública, com data a ser definida, por solicitação do conselho da comunidade da Comarca de Ituporanga, para tratar da violência doméstica e da Lei Maria da Penha. "São temas que a comunidade quer debater e estaremos empenhados nessas discussões", afirmou a deputada Ana Paula.

Ostomização

Os deputados da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais aprovaram por unanimidade

o Projeto de Lei 0249/2007, do deputado Sargento Amauri Soares (PDT), que estipula a passagem gratuita em transporte intermunicipal para pessoas ostomizadas, aquelas que em razão de cirurgia utilizam bolsas para saída de urina e fezes.

Segundo a presidente Ana Paula Lima, três pessoas que utilizavam a bolsa e aguardavam a aprovação da lei para reduzirem as despesas com tratamento já morreram. A matéria segue para a Comissão de Transportes.

A ostomização é uma intervenção cirúrgica na parede abdominal para criar um novo caminho, chamado ostoma, para a saída de fezes ou urina. As bolsas são necessárias porque o ostoma não é controlado voluntariamente.

ESPECIAL

Sessão destaca Campanha da Fraternidade

A Assembleia Legislativa realiza uma sessão especial, dia 16, às 19h, em comemoração ao lançamento da Campanha da Fraternidade de 2009, que tem como tema "Fraternidade e Segurança Pública" e como lema "A paz é fruto da justiça". A homenagem foi requerida pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT).

Preocupada com o crescimento da violência no país,

a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), responsável pela campanha, tem como objetivo suscitar o debate sobre a segurança pública, contribuir para a promoção da cultura da paz nas pessoas, na família, comunidade e na sociedade.

A meta é fazer com que todos se empenhem na construção da justiça social e que a segurança seja garantida para

todos os cidadãos.

Durante a campanha estão previstos encontros paroquiais, palestras e atos públicos. Integrantes da Igreja se reunirão com representantes do Poder Judiciário e de movimentos sociais, policiais, professores e sociólogos para debater a questão. Serão propostas parcerias com o poder público para mapear as áreas mais violentas.

INSTITUCIONAL

Lançada Campanha do Laço Branco

Mobilização tem objetivo de engajar homens na luta pelo fim da violência contra a mulher

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados dão pausa à sessão ordinária para realização de ato em homenagem ao Dia Internacional da Mulher

Graziela May Pereira

A sessão ordinária do dia 10 foi interrompida a pedido das três parlamentares mulheres para ato em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. Na ocasião, foi lançada a Campanha Brasileira do Laço Branco.

A campanha tem o objetivo de sensibilizar, envolver e mobilizar os homens nas atividades pelo fim da violência contra a mulher. Ela busca promover a equidade de gênero através de ações em saúde, educação, trabalho, ação social, justiça, segurança pública e direitos humanos.

Para a deputada Ana Paula

Lima (PT), o ato é uma forma de conscientização. "Os homens irão refletir e divulgar a não-violência contra a mulher, não somente hoje, mas constantemente. Queremos que este ato ecoe por todo o estado e que possamos ser a voz da mudança deste paradigma, porque se mudarmos o mundo das mulheres, certamente estaremos caminhando para o mundo da não-violência, para o mundo da paz que todos desejamos".

A deputada Ada De Luca (PMDB) lembrou que a campanha começou depois que um rapaz invadiu uma sala de aula da Escola Politécnica, em Montreal, Canadá, no dia 6 de dezembro de 1989, e assassinou 14 mulheres. Em carta, o assassi-

no afirmou que não suportava a ideia de ver mulheres estudando engenharia. Depois do acontecido, um grupo masculino do Canadá decidiu se organizar para dizer que existem homens que repudiam a violência contra a mulher, elegendo o laço branco como símbolo.

Para a deputada Professora Odete de Jesus (PRB), a data tem que ser comemorada sempre. "O Dia da Mulher é todo o dia." Ela destacou que, de acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres irá virar ministério. "O governo Lula tem sido generoso e sábio. Oferecer esse tipo de trabalho é importante e espetacular."

Denúncias de agressão aumentam 32%

Conforme dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do governo federal, a violência doméstica no Brasil é responsável pela metade dos homicídios das mulheres no país.

A morte é o último grau da escala da violência que muitas vezes começa com abuso psicológico. A conscientização desse mal social se traduz no número de denúncias, que aumentou 32% em 2008.

Em 2007, foram registradas 204.978 ligações no disque denúncia (180). No ano passado, foram registradas quase 270 mil ligações.

Distrito Federal, São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro lideram o ranking das denúncias. Segundo os dados, das 24.523 denúncias, 64,9% das mulheres informaram sofrer agressões diariamente e outras 16,1% são alvo toda semana de destratos. A maior parte das agressões (63,2%) é praticada pelos próprios companheiros.

Em Santa Catarina, não é diferente. Nos últimos dois anos, foram registradas 100 mortes em consequência da violência doméstica. Também foram registrados 28.150 casos de ameaças, 180 estupros, 257 tentativas de estupros e 48 homicídios passionais.

A deputada Ana Paula Lima (PT) assinala que a situação tem que ser mudada. "É incrível que em pleno século XXI as mulheres

ainda sofram com esse tipo de situação. No mundo que sonhamos não há espaço para violência de nenhuma forma. Nossa missão é trabalhar pelo fim da violência", acrescentou.

Linha de frente

Em nome da Secretaria de Estado da Saúde, a diretora-geral Carmem Zanotto destacou a importância de se lutar contra qualquer tipo de violência.

"Nós, profissionais de saúde, somos a linha de frente. Lidamos com a violência praticamente todos os dias. Temos que trabalhar as feridas físicas, mas não podemos esquecer o lado emocional. Dessa forma, não podemos esquecer aqueles homens que respeitam suas mulheres, mães e filhas, pois são eles que serão exemplos para os outros", falou.

A ex-deputada federal Luci Choinacki, presidente estadual do PT, disse que em sua vida ela trabalhou contra duas coisas: a pobreza e a violência. "Nunca aceitei nenhum tipo de violência. O amor gera o amor e precisa ser respeitado. A violência contra a mulher tem que ser impedida e esta campanha precisa ser trabalhada", finalizou.

Ao final do ato, todos os deputados presentes ganharam um laço branco, símbolo da campanha. Para participar da campanha é só acessar o site: www.lacobranco.org.br.

Escola do Legislativo reúne 500 mulheres

Marcos Aurélio Gungel

Para refletir sobre a importância e a participação da mulher na sociedade e no mercado de trabalho, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, através do Programa de Formação de Agentes Políticos, coordenado pela Escola do Legislativo, promoveu no dia 9, uma palestra com o tema "Cabeça, Coração e Coragem", em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

Com a presença do presidente da Escola do Legislativo, deputado Joares Ponticelli (PP), a palestra reuniu cerca de 500 mulheres de todo o estado em Forquilha, no Sul do estado.

A palestrante Clarissa Leal falou sobre a importância de saber lidar com os impulsos da cabeça, do coração e sobre a coragem que as mulheres devem ter para superar as dificuldades. Para ela, é muito importante que a mulher saiba lidar com as emoções, conseguindo o equilíbrio e o sucesso na vida pessoal e profissional.

"Viver com a cabeça significa discernimento e escolhas certas; viver com o coração é saber abrigar todos que necessitam de sua força. Agora viver com coragem é conseguir superar as dificuldades existenciais do dia-a-dia", ensinou a palestrante.



Na palestra em Forquilha, mulheres ouvem conselhos de como lidar com impulsos e com a coragem